

ISSN 1984-5634

ARTIGO

A DEMANDA POR TRABALHADORES NO INTERIOR PAULISTA: ENTRE IMIGRANTES E NACIONAIS (1920-1940)

The demand for workers in the interior of São Paulo: among immigrants and nationals (1920-1940)

Jesiane Debastiani[1]

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o modo como se consolidou a utilização de trabalhadores imigrantes e nacionais no interior paulista ao longo dos anos de 1920 a 1940, ressaltando a estrutura burocrática que o estado de São Paulo utilizou para angariar esses trabalhadores, como os acordos com empresas particulares e também os aspectos dos trabalhos exercidos por estes grupos. O estado de São Paulo se caracterizou por ser uma região de alta demanda de trabalhadores, atraindo tanto imigrantes como nacionais de outros estados. Com o desenvolvimento da cafeicultura tornou-se recorrente o discurso acerca da necessidade de braços para a lavoura. Através da promulgação de diversas leis que tentavam por fim a escravidão, os fazendeiros paulistas passaram a cogitar a utilização de imigrantes que se tornaram a ser cada vez mais recrutado, e posteriormente, nacional.

Palavras-chave: São Paulo; imigrantes; nacionais.

Abstract

Abstract: This article aims to analyze the way in which the use of immigrant and national workers in the interior of São Paulo was consolidated throughout the years from 1920 to 1940, highlighting the bureaucratic structure that the state of São Paulo used to attract these workers, such as the agreements with private companies and also aspects of the work carried out by these groups. The state of São Paulo is characterized by being a region with a high demand for workers, attracting both immigrants and nationals from other states. With the development of coffee growing, the discourse about the need for hands for farming became recurrent. Through the enactment of several laws that tried to put an end to slavery, São Paulo landowners began to consider the use of immigrants who became increasingly recruited, and later, national.

Keywords: São Paulo; immigrants; national.

EDITOR-CHEFE:
Andrei Marcelo da Rosa
EDITORE-GERENTE:
Rame Ferreira

SUBMETIDO: 02/02/2023
ACEITO: 07/05/2023

COMO CITAR:
DEBASTIANI, J. A demanda por trabalhadores no interior paulista: entre imigrantes e nacionais (1920-1940). *Aedos*, Porto Alegre, v. 17, n. 39, p. 508-521, ago-dez. 2025.

https://seer.ufrgs.br/aedos/

[1] Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" de Assis e mestra em História pela mesma universidade, com financiamento de bolsa CAPES. Atualmente é doutoranda em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" de Assis, também com financiamento de bolsa CAPES. ORCID iD: 0000-0003-0227-202. E-mail: je_debastiani@hotmail.com

Introdução

O Brasil durante sua história buscou e incentivou a mão de obra, seja imigrante ou nacional. Podemos considerar o território brasileiro até os anos de 1930 como um "país de portas abertas" para os estrangeiros. O Estado de São Paulo, diferentemente dos demais estados do país, apresentou uma estrutura avançada para a introdução de trabalhadores, principalmente com o desenvolvimento da economia cafeeira. Desta forma, do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX predominaram algumas formas de trabalho em que se utilizou a mão de obra estrangeira, como o sistema de parceria, locação de serviços e o colonato.

Neste contexto "o nível de integração do trabalhador nacional na economia cafeeira não foi delimitado apenas pelo escravismo, mas também, pelas propostas de incorporação da mão-de-obra estrangeira, que se intensificaram a partir da metade final do Oitocentos" (Gonçalves, 2002, p. 47). Podemos considerar que as primeiras atividades de introdução de trabalhadores imigrantes na lavoura paulista se iniciaram antes do fim da escravidão, com a formação da Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração com o objetivo de auxiliar os fazendeiros na aquisição de imigrantes. Em novembro de 1871 a Associação contratou a entrada de 15.000 trabalhadores, "mas pelo fim do período apenas 480 pessoas tinham chegado pelo programa. O contrato para 15.000 imigrantes foi então estendido por cinco anos, e de 1875 a 1879 houve o registro de entrada, em São Paulo, de 10.455 pessoas" (Holloway, 1984, p. 62).

Com a promulgação de leis que buscavam o fim da escravidão e a demanda cada vez maior por mão de obra surgiu neste contexto o Sistema de Parceria, por iniciativa de Nicolau Campos Vergueiro, desta forma, as famílias de colonos eram contratadas na Europa e enviadas para as áreas cafeeiras, tendo a viagem e o transporte pagos pelos próprios fazendeiros, como também as despesas e sua manutenção nas fazendas. Entretanto, estas pessoas já chegavam ao território brasileiro com grandes dívidas perante os fazendeiros.

> Os descontentamento comuns desacreditaram o sistema de parceria e as iniciativas de organização do trabalho livre nesses moldes, pelo menos. As vicissitudes e o malogro das experiências contribuíram também para desmoralizar a política emigratória para o Brasil, chegando a resultar em restrições sérias e até mesmo na interdição total, por parte de alguns Estados europeus, da emigração para o Brasil (Costa, 2010, p. 147).

A partir dos anos de 1860 a lavoura cafeeira teve um favorecimento devido à melhoria de estradas e a construção de ferrovias. A construção desse meio de transporte trouxe grandes vantagens aos fazendeiros como a diminuição da mão de obra escrava no transporte do café até as áreas do porto, e também a ocupação de novas terras e aberturas das fronteiras, neste contexto tem o avanço das áreas do oeste paulista.

> Na década de 1860 já não existia apenas a parceria. Surgiram outras formas de relações de trabalho: a remuneração dos colonos através do pagamento no fim da colheita por alqueire de café e o trabalho fora das plantações pago por salários. No final dos anos de 1860 introduziu-se o salário fixo para o trato do cafezal, o pagamento de salário pela colheita/alqueire. Iniciou-se, ainda, a divisão do trabalho na lavoura cafeeira, com a formação do cafezal e a derrubada de mata realizadas por trabalhadores alheios à fazenda contratados por empreitada (Gonçalves, 2002, p. 50).

Ao longo dos anos o sistema de parceria foi substituído pela locação de serviços onde pagava-se um salário fixo por alqueire de café que fosse colhido, ao mesmo tempo em que o fazendeiro concedia um pedaço de terra ao empregado para que este pudesse plantar para seu próprio sustento. Em 1879 foi aprovada a nova lei de locação de serviços, cujo objetivo era atribuir as obrigações dos empregados e dos fazendeiros, além de garantir a fixação dos trabalhadores na lavoura cafeeira e os salários baixos, sendo que o imigrante poderia ser preso caso abandonasse o trabalho. Em 1870 o governo passou a subvencionar a entrada de imigrantes no país, desta forma, os estrangeiros vinham sem terem que pagar dívidas relacionadas ao transporte, além disso,

grande parte dos imigrantes vinham da Itália, que naquele período passavam por transformações econômicas e sociais.

No final do século XIX tivemos o colonato que se caracterizou pela combinação de três elementos: "um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador, além de ser baseado no trabalho familiar" (Gonçalves, 2002, p. 52). Cabe destacar que o colonato era realizado por todos os membros da família, desta forma, quanto mais pessoas da mesma família trabalhando, maior quantidade de café colhido e consequentemente, maior o valor recebido. Com a promulgação da República os estados brasileiros passaram a ter maior autonomia para lidar com os assuntos que envolvessem imigração e colonização, neste contexto se destacou o estado de São Paulo.

Nas primeiras décadas do século XX vemos surgir à política de branqueamento, segundo a qual influenciada por teorias raciais da Europa e dos Estados Unidos, a população brasileira era vista como degenerada, desta forma, a vinda de imigrantes europeus brancos, auxiliaria no progresso, no trabalho e no desenvolvimento da sociedade brasileira e consequentemente, do país. Para Paulo Cesar Gonçalves, "a política de branqueamento para os fazendeiros, se ele seria ou não elemento constitutivo do progresso em outro sentido que não o material, era questão de menor importância" (Gonçalves, 2020, p. 107). Desta forma, podemos compreender que o que interessava aos fazendeiros não era a importância da tese de branqueamento para a sociedade brasileira e seu progresso, mas o fato de ver estes estrangeiros como mão de obra para a lavoura cafeeira paulista. Segundo Monsma:

> O motivo original para o programa de imigração subvencionada não era o branqueamento, mas a crença de que a imigração em massa livraria os fazendeiros da sua dependência dos negros e dos outros nacionais. Depois da rebeldia dos últimos anos da escravidão, os fazendeiros também queria usar a competição dos imigrantes para controlar os negros e recoloca-los no "seu lugar". Ou seja, além da falta de mão de obra, havia questões raciais importantes por trás do programa de imigração, que era motivado em parte pela hostilidade aos libertos – vistos como vagabundos. A intenção explícita dos fazendeiros e governantes era inundar o mercado de trabalho com imigrantes para baratear os salários e disciplinar todos os trabalhadores, tantos estrangeiros como nacionais (Monsma, 2021, p. 85-86).

Neste contexto de políticas imigratórias que perdurou do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX o trabalhador nacional também era utilizado, em menor número e nas zonas cafeeiras mais velhas. Este tipo de trabalhador não era considerado a opção mais adequada para substituir o braço escravo por diversos fatores: primeiro pelo preconceito dos fazendeiros em relação ao nacional, considerando caboclos e mestiços inferiores em relação ao branco europeu.

Em segundo lugar, os trabalhadores domésticos não estavam muito interessados na rotina do trabalho assalariado disciplinado. "Os que estavam no Leste ou no Sul já tinham sido absorvidos pelos latifundiários dispersos na região, usufruindo de independência e liberdade, mesmo em atividades de subsistência, como posseiros" (Graham; Hollanda Filho, 1984, p. 36). E em terceiro lugar muitos se deslocavam para a Amazônia que era mais próxima e a navegação era mais fácil e desenvolvida. Desta forma, o nacional até os anos de 1920 seria visto como inferior e como um trabalhador não ideal para a lavoura paulista. Quando inicia-se o Governo Vargas no Brasil em 1930 a política imigratória passou por grandes transformações tornando-se mais restritiva e seletiva, o que consequentemente, diminuía o número de entrada de imigrantes no país e principalmente no estado de São Paulo.

Cabe destacar que durante a Assembleia Constituinte de 1933-1934 e, posteriormente, o Estado Novo, os intelectuais e os altos funcionários do Governo acreditavam que a imigração deveria ser controlada para que não se tornasse uma ameaça ao trabalhador nacional. Para Getúlio Vargas, "em mensagem durante a Assembleia Constituinte, a aglomeração de braços em nossos centros industriais viria a ser fator de perturbação e constituiria ameaça para o trabalhador

nacional e para o estrangeiro já localizado no país" (Neiva, 1942, p. 43). Essa política imigratória restritiva e seletiva na prática se deu por meio de diversos decretos baseados em ideias eugênicas, que buscavam melhorar a sociedade brasileira.

> No início do século XX, o Brasil era definido por muitos como um —país doente, um imenso hospital segundo o médico Miguel Pereira. Pelo menos para um grupo de intelectuais brasileiros ligados ao pensamento médico sanitarista, a solução destes problemas dependeria, acima de tudo, de amplas reformas sociais, morais e sanitárias, capazes de restabelecer a saúde e o vigor da nacionalidade (Souza, 2008, p. 154).

Desta forma, as ideias eugênicas passaram a dar atenção aos problemas como alcoolismo, higiene mental, doenças infecciosas, criminalidade, sujeira, ou seja, em território brasileiro a eugenia estava relacionada à higiene social, presente nas campanhas de saneamento, com o objetivo de acabar com os problemas que atingiam a sociedade brasileira. Como já comentado as ideias eugênicas também acabaram por influenciar a política imigratória brasileira, diversos intelectuais passaram a defender ou serem contrários a determinados grupos de imigrantes, podemos citar como exemplo Renato Kehl que assegurava "a todos os que quiserem vir colaborar na obra nacional de paz e trabalho, nunca, fomentar a imigração de indivíduos de raças como a negra e a amarela" (Geraldo, 2007, p. 15).

Entretanto o antropólogo Roquette-Pinto "era contra a seleção eugênica do imigrante, mas acreditava que o critério de seleção dos imigrantes deveria partir da análise sobre as capacidades individuais, da compleição física e da saúde dos imigrantes, independentemente de sua origem racial" (Souza, 2008, p. 103). Cabe destacar que tanto Renato Kehl como Roquette-Pinto participaram do comitê que fazia parte do Ministério do Trabalho com o objetivo de auxiliar as questões imigratórias. Podemos concluir que as ideias eugênicas se adaptaram ao contexto social brasileiro, nas questões imigratórias buscou melhorar a sociedade, seja por meio do projeto de branqueamento, ou por introduzir uma politica restritiva e seletiva, contrária à vinda de negros, asiáticos, judeus e pessoas com deficiência.

A estrutura burocrática para introdução de trabalhadores

Como já comentado o estado de São Paulo apresentava um aparato burocrático para a introdução, recebimento e envio de trabalhadores, principalmente estrangeiros. A introdução e contratação de trabalhadores para a lavoura paulista inicialmente esteve atrelada a Secretaria de Agricultura do Estado, o que deixava claro que a principal intenção era atender as demandas por mão de obra dos cafeicultores paulistas. Desta forma, as políticas estaduais se alinharam as políticas federais:

> passaram a ter consonância com a política central não apenas pela obrigatoriedade advinda de um Estado autoritário que centralizava a maior parte dos instrumentos institucionais relativos às questões econômicas e sociais, mas, também, pela existência de algumas coincidências de interesses entre os sujeitos envolvidos na coordenação do problema migratório que participaram das duas esferas – federal e estadual (Tessari; Costa, 2022, p. 72).

Durante a Primeira República ocorreram inúmeras transformações no país o que também possibilitou mudanças na política imigratória brasileira. Primeiramente esta se tornou descentralizada, ou seja, cada estado poderia ter autonomia para lidar com as questões que envolvessem a imigração. Posteriormente, iniciou-se as promulgações de vários decretos, como o decreto n.823 de 1900 que estabelecia o regulamento para o serviço de introdução de imigrantes, ou seja, a entrada de imigrantes por meio do Estado seria feita por subvenção ou de companhias de navegação perante o pagamento da passagem de terceira classe.

No mesmo período foi promulgado o decreto nº 827 de 1900 que determinava o número de entrada de imigrantes a cada ano, sendo que não excederia a 4.000 estrangeiros, das seguintes nacionalidades: italianos, austríacos, espanhóis, portugueses, alemães, belgas, suecos e

dinamarqueses. Estes estrangeiros poderiam ser transportados por companhias particulares desde que estas satisfizessem todas as exigências solicitadas. Na década de 1920 observamos um aumento do número de decretos promulgados pelo governo federal para o controle e seleção da entrada de imigrantes, o que afetou diretamente a introdução de estrangeiros no estado de São Paulo. Podemos citar como exemplos o Decreto-Lei n.4.247 de 1921, que regulava a entrada de estrangeiros, sendo proibida a entrada de pessoas com deficiência física, maiores de 60 anos, posteriormente, o governo brasileiro poderia expulsar o imigrante que não satisfizesse o que era imposto pela lei.

Temos também o decreto-lei n.16.761 de 1924 segundo este, o governo brasileiro proibia a entrada de imigrantes de segunda e terceira classe que apresentassem problemas físicos, maiores de 60 anos, além de estrangeiros que já tivessem sido expulsas de outro país e que fossem perigosos à ordem nacional. Cabe destacar que a política de subsídio a imigração foi encerrada em 1927. Quando Getúlio Vargas assumiu em 1930 a presidência do país inúmeras mudanças ocorreram nos diversos âmbitos da política, sociedade, economia e também na política imigratória e migratória, principalmente com a centralização destas. Neste contexto temos o aumento da política imigratória restritiva e seletiva e a valorização do trabalhador nacional. "A valorização do trabalhador nacional naquele momento se relacionava, além do mais, ao modelo de sociedade que se procurava alcançar, fortemente ancorada numa concepção organicista e ao tipo de Estado que deveria dirigir esse processo" (Costa, 2007, p. 104).

Ao longo do Primeiro Governo Vargas que compreende os anos de 1930 a 1945 vários decretos foram promulgados para controlar a imigração, como o Decreto-Lei n.406 de 19382 que também criava o Conselho de Imigração e Colonização (CIC), órgão diretamente relacionado ao presidente da república.

> O CIC era uma forma de dar participação aos demais ministérios e órgãos no trato das questões relativas à imigração, já que todos manifestavam interesse em opinar sobre a questão. Do CIC era que sairiam às polêmicas propostas de nacionalização dos — quistos étnicos que seria levada a cabo durante o Estado Novo (Koifman, 2001, p. 114).

Torna-se importante destacar que além das inúmeras funções do CIC em relação às questões imigratórias, tinha também como incumbência coordenar o envio de trabalhadores nordestinos para a Amazônia, que naquele período necessitava de mão de obra.

> O atual Presidente do Brasil confiou ao Conselho o estudo dos problemas ligados às migrações internas e para a organização do plano de exploração econômica do vale do Amazonas e sua colonização – o encargo de examinar, em termos de atualidade prática, a questão da colocação da mão de obra nordestina nos seringais da Amazônia (Revista de Imigração e Colonização, ano IV, n°1 ,1943, p. 29).

Como já comentado neste artigo o declínio dos números de entradas de estrangeiros causados pelas políticas restritivas e seletivas brasileiras e o contexto externo, juntamente com o desenvolvimento da produção industrial e o diversificamento de gêneros agrícolas para as demais regiões brasileiras por meio do avanço das linhas férreas possibilitou uma maior disponibilidade de mão de obra nacional. Com isso, ao longo da década de 1930 vemos um aumento na entrada de nacionais em São Paulo se comparado ao número de imigrantes. Desta forma, o estado de São Paulo passou a utilizar em maior número na lavoura paulista o trabalhador nacional.

Com a promulgação do decreto n.7.289 em 1935 que retornou o serviço de imigração subsidiado pelo estado de São Paulo, a Secretaria de Agricultura iniciou diversos contratos com companhias particulares para a introdução de trabalhadores.

> No período entre 1935 e 1939, por meio de contratos celebrados entre a Secretaria Estadual da Agricultura de São Paulo e empresas privadas, de capital nacional, comprometiam-se a trazer grandes quantidades de trabalhadores, preferencialmente os estruturados em famílias, oriundos

[2] Revista de Imigração e Colonização, Ano I, N°1, Janeiro de 1940, p. 69-173.

> do Nordeste – principalmente do estado da Bahia – e de Minas Gerais. A cifra de trabalhadores projetada era de aproximadamente 50 mil por ano (Paiva, 2004, p. 92).

Podemos citar como companhias particulares que participaram deste processo a F. Sodré Filho, Cia. Itaquerê e Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC). A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, criada por um grupo de fazendeiros paulistas, no ano de 1938 assinou um contrato com a Secretaria de Agricultura para a introdução de trabalhadores nacionais. No presente contrato a CAIC ficaria autorizada a introduzir 10.000 trabalhadores nacionais para o estado de São Paulo no ano de 1938, sendo que:

> constituídos em famílias, exclusivamente agricultores, válidos de boa conduta moral e civil, tendo cada família, pelo menos, três pessoas aptas para o trabalho, contadas, unicamente entre pais e filhos, com exclusão absoluta de quaisquer outros parentes. Consideravam-se aptos para o trabalho os homens e mulheres válidos, de 12 a 50 anos.[3]

Cabe ressaltar que caso o imigrante não se encontrasse apto para o trabalho na lavoura paulista, seria responsabilidade da empresa de fazer o seu repatriamento, sem custo para o estrangeiro. Para a introdução destes nacionais, a Companhia organizou os seus serviços em diversos estados, como uma agência no Porto de São Luiz, sendo responsável pelo norte de Maranhão e Piauí. Foram também criadas agências em Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, em Maceió sendo que nos meses de maio, julho, outubro, novembro e dezembro somaram-se um total de 2.475 embarques.

Essas companhias também podiam negociar diretamente com os proprietários agrícolas que solicitavam a quantidade de trabalhadores, sendo que os fazendeiros requeriam ao Departamento de Terras, Colonização e Imigração o pagamento das passagens, tendo o estado que arcar com os custos da vinda desses trabalhadores. Podemos citar como exemplo um ofício entre um fazendeiro da região Sorocabana, Henrique da Cunha Bueno, com a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização sobre a ida do empregado deste fazendeiro para angariar trabalhadores no Ceará.

> Com o presente passo as mãos da VV.SS. um cheque sobre o Banco do Estado de São Paulo, na importância de três contos de réis que peço a VV.SS. o favor de porem a disposição de meu empregado, o SR. Adelino Alsano de Lima, em Fortaleza, conforme ficou combinado entre nós. O meu empregado, conforme nosso entendimento segue para o Ceará a fim de tratar do angariamento de famílias de trabalhadores agrícolas para as minhas fazendas situadas no município de Ipaussu, e cujo transporte essa companhia se incumbirá, de acordo com a autorização que tem com o Governo do Estado de São Paulo.[4]

Em 1939 foi criada a nível estadual a Inspetoria dos Trabalhadores Migrantes (ITM) que estava ligada diretamente a Secretaria de Agricultura de São Paulo, essa Inspetoria tinha como funções: introduzir, encaminhar os migrantes nacionais em São Paulo. Cabe destacar que embora ela pertencesse ao estado paulista, estava diretamente vinculada às diversas políticas migratórias do governo federal, além disso, os estados brasileiros encontravam-se sob intervenção federal.

> A criação da ITM vinculou-se ao processo de maior intervenção e controle por parte do Estado Novo sobre os movimentos migratórios e denota, também, a preocupação em dirigi-los a regiões claramente definidas. Assim, a política de reintrodução dos subsídios à mão de obra a partir de 1935 e a criação da ITM em 1939 expressam a intencionalidade de se construir uma modalidade de deslocamentos populacionais consoante com o novo modelo de desenvolvimento, cujo núcleo da acumulação deslocava-se para a indústria e para os centros urbanos, principalmente São Paulo (Tessari; Costa, 2019, p. 521).

[3] Ofício enviado ao Diretor Presidente da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, 21/10/1936, In Arquivo Público do Estado de São Paulo. n° de Ordem 10. Processo 115, p. 01.
[4] Contrato entre Henrique da Cunha Bueno e a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização para introdução de trabalhadores; n. da ordem 09. 20/12/1936. p.01.

Após a sua criação, foram instalados postos em municípios que detinham uma grande concentração de migrantes, como nas cidades de Montes Claros e Pirapora, contava também com fiscais encarregados de enviarem os trabalhadores para as fazendas do estado.

> Assim que chegavam a São Paulo eram encaminhados para a Hospedaria dos Imigrantes, com isso o governo paulista e os empregadores puderam contar com quase toda a infraestrutura privada e estatal (de transporte, de hospedagem e burocrática) que havia sido montada para o negócio da imigração estrangeira e que, agora, voltava-se ao negócio da migração nacional (Tessari; Costa, 2019, p. 521).

Desta forma, podemos compreender que o estado paulista conseguiu se adaptar para o recebimento primeiramente dos imigrantes e posteriormente, dos nacionais, utilizando em muitos casos a própria estrutura que montou para o recebimento de imigrantes.

Trabalhador imigrante x nacional

Torna-se interessante destacar que no final do século XIX até os anos de 1950 era recorrente o discurso sobre a falta de braços para a lavoura paulista, sendo comum encontrá-lo em assembleias políticas, jornais. Segundo Tessari:

> este discurso era utilizado ora para justificar a importação de mão de obra africana (durante o regime escravagista), ora a asiática, ora a europeia, este argumento foi acionado em épocas diferentes sempre com o mesmo fim: justificar a necessidade de trazer do exterior a mão de obra necessária para o trabalho da grande lavoura cafeeira (Tessari, 2012, p. 131).

Devemos mencionar que havia em quantidade numerosa trabalhadores nacionais livres, porém estes não eram vistos como a primeira opção de mão de obra para os fazendeiros paulistas.

> O grande e alardeado tema da ociosidade do nacional não passava de uma manifestação superficial a encobrir três questões muito profundas, enfrentadas pelos proprietários num momento de reacomodação das relações de produção: em primeiro lugar, temos a não-submissão do nacional pobre a um "tempo burguês", externo às sua necessidades de sobrevivência e por isso mesmo conflitante com o seu bem-viver; em segundo, o arbítrio dos governantes (recrutamento oficial e também arregimentação particular) a entravar a própria possibilidade de disciplina de trabalho livre, bem como o processo de sua internalização pelo nacional; e, por fim, os "altos salários" exigidos pela mão-de-obra interna (Azevedo, 1987. p. 138).

O historiador Paulo Cesar Gonçalves acredita que "o preconceito era o que justificava a falta de braços para a lavoura de maneira qualitativa, ou seja, na visão dos proprietários de terras e de seus representantes políticos, o modo de vida do trabalhador nacional não se ajustava às exigências do trabalho organizado" (Gonçalves, 2002, p. 67). Desta forma, acreditamos que o discurso "falta de braços para a lavoura" se relegava a falta de trabalhadores em relação ao aspecto qualitativo e não quantitativo.

Como comentado acima, priorizava o imigrante europeu branco, desde que selecionado em critérios físicos e psicológicos, em idade apta para o trabalho. A busca por estrangeiros de origens europeias deve-se pelo fato destes serem considerados de cultura superior e civilizados, se comparados à população brasileira, além disso, os imigrantes eram vistos como trabalhadores que se adaptavam ao ambiente da lavoura paulista.

> a intelligentsia e os líderes políticos brasileiros do século XX usavam a palavra "europeu" não como um adjetivo descritivo relativo à região de nascimento, mas, como um sinônimo racial para branco. Isto significa que grupos europeus (como judeus) ou fenótipos caucasianos (como árabes) não eram considerados negros (e, portanto, não aceitos), nem brancos (portanto, aceitos) (Lesser, 1994. p. 122).

Cabe destacar que a partir do período em que Getúlio Vargas assumiu a presidência do país, os estrangeiros como judeus e asiáticos passaram a não serem bem aceitos em território

brasileiro, e com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial os alemães também passaram a não serem bem vindos. É interessante destacar neste contexto a questão dos trabalhadores negros em relação à presença de políticas imigratórias, estas que se desenvolveram desde o período anterior ao fim da escravidão.

Durante a Assembleia Legislativa da Província de São Paulo em que teve a presença de uma grande maioria de fazendeiros, estes estavam mais atentos ao debate de como resolver a falta de mão de obra, devido às medidas que buscavam o fim da escravidão, do que com o projeto de branqueamento da sociedade brasileira. "Longe de priorizar o branqueamento da população, eles queriam perpetuar a escravidão negra nas suas fazendas e reabrir o tráfico de escravos, ou pelo menos eliminar impedimentos à compra de escravos de outras províncias" (Monsma, 2021, p. 82).

Desta forma, os fazendeiros naquele momento não se importavam tanto com a questão do branqueamento, mas sim com a possível falta de braços para a lavoura paulista, e consequentemente, preferiam continuar com a utilização do trabalhador escravo, visto como uma propriedade do patrão. Ao longo dos anos o modo como os fazendeiros viam os negros ex escravos também se modificou, antes vistos como simples, humildes, pessoas dependentes, emocionais e poucos inteligentes. Após a abolição e com as exigências dos negros por melhores condições de trabalho, estes passaram a serem vistos como insolentes, vagabundos, traiçoeiros, violentos.

No início da Primeira República apesar da existência do preconceito e da exclusão com o negro estes conseguiram ocupar alguns espaços dentro do mercado de trabalho em São Paulo. "A segregação dos trabalhadores negros em algumas modalidades de ocupação, não obteve o êxito que as concepções racistas objetivavam, e estes, minoritariamente, chegaram a ocupar profissões que lhes permitiam certa ascensão social" (Jacino, 2012, p. 123). Desta forma, podemos acreditar que os negros estavam presentes em profissões marginais, desvalorizadas, mal remuneradas, com alto grau de insalubridade. É importante destacar que muitos negros, principalmente mulheres se dedicavam aos trabalhos domésticos, tipo de emprego recusado por imigrantes, pois era considerado como "trabalho de negro". Também estavam presentes no setor da saúde e, resistindo, mesmo na clandestinidade, ao aumento de imigrantes neste setor.

Ao longo dos anos na Primeira República e posteriormente, com a influência das ideias eugênicas a população negra não colaboraria para o projeto de branqueamento da população brasileira e também dificultaria a assimilação dos imigrantes europeus, além disso, devido a forte presença de negros em regiões mais velhas do café relegava a este grupo o fato dessa região ser decadente. Diversos intelectuais se mostraram contrários a entrada de imigrantes negros no país, um exemplo podemos citar Miguel Couto que durante a Assembleia Constituinte de 1933-1934 foi contrário a entrada de pessoas de cor.

> Antropólogos, psiquiatras, militares, juristas, médicos, eugenistas, economistas, jornalistas e escritores dedicaram-se a pensar essa questão, procurando detectar os responsáveis pelos males que assolavam o país. Apropriando-se dos modelos oferecidos pelos teóricos racialistas europeus e valorizando os métodos sugeridos pela Eugenia, Antropologia Social e Antropologia Criminal, essa elite intelectual ditou regras para a —higienização da sociedade. Mascarados por uma retórica nacionalista, classificavam os negros, os judeus, os japoneses e os árabes como — raças indesejáveis para compor a população brasileira (Carneiro, 2003, p. 6).

De outro modo, ao nacional era relegado diversos estereótipos, como vadio, indisciplinado, capaz de não se adaptar ao modo capitalista, preguiçoso, ou seja, inferior se comparado ao imigrante.

> A importação de imigrantes europeus tornou-se pauta importante nas discussões, a partir da construção mítica de um determinado trabalhador imigrante – o trabalhador ideal – aquele que reunia em si, enquanto agente coletivo, de forma acabada, todas as qualidades do bom trabalhador – sóbrio e morigerado. Elemento capaz de, por si só, promover a recuperação da decadente raça brasileira nos mais diversos aspectos: sangue novo, raça superior (branca), civilizado, disciplinado, trabalhador, poupador, ambicioso. No extremo oposto desse imaginário, como contrapartida, estava o brasileiro – vadio, indisciplinado, mestiço, racialmente inferior. Foi,

> portanto, da depreciação do brasileiro enquanto tipo social que emergiu a valorização do imigrante (Naxara, 1991, p. 76-77).

Desta forma, podemos compreender que o imigrante era visto como o tipo ideal de trabalhador, enquanto o nacional era uma segunda opção e de aspecto inferior em relação ao estrangeiro, destaca-se que este pensamento se caracterizou desde o final do século XIX até os primeiros anos do século XX. "As características que antes eram atribuídas aos libertos durante o período de emancipação e aos nacionais durante a escravidão, passaram a ser identificadas com os brasileiros em geral, mesclando-se e reforçando mutuamente" (Tessari, 2012, p. 60).

No início do século XX ocorreu uma modificação na imagem do nacional, ou seja, buscava-se reverter a imagem depreciativa deste trabalhador. Inúmeros artigos do Boletim do Departamento de Trabalho de São Paulo traziam em suas páginas à importância de se ter a migração de nordestinos nas fazendas paulistas, alegando que o estado paulista necessitava de braços para a lavoura e com isso, se deveriam realizar acordos entre os estados do Norte e o Governo Federal.

> Temos, pois elementos para poder fazer juízo do cearense como colono em São Paulo e podemos assegurar que o estabelecimento de uma corrente emigratória de nordestinos do Brasil para o Estado de São Paulo seria uma medida de alcance extraordinário para o nosso futuro econômico (Leme, 1920, p. 138).

Desta forma, o nacional passou a ser mais utilizado no momento em que tivemos uma decaída nos números de entradas de estrangeiros no país, ocasionados pela Primeira Guerra Mundial, pela Crise de 1929 e posteriormente, pelos eventos da Segunda Guerra Mundial.

> A opção pelo trabalhador brasileiro é compreensível, portanto, não apenas pela diminuição dos fluxos tradicionais da imigração europeia (trabalhadores da região mediterrânica e do centro-norte europeu), mas também pela preocupação de se construir a nacionalidade e, ao mesmo tempo, de se afastar o perigo estrangeiro. A valorização do trabalhador nacional naquele momento se relacionava, além do mais, ao modelo de sociedade que se procurava alcançar, fortemente ancorada numa concepção organicista e ao tipo de Estado que deveria dirigir esse processo (Costa, 2007, p. 104).

Podemos observar este movimento de decaída do número de estrangeiro e aumento de nacionais na tabela abaixo:

Períodos	Totais	Estrangeiros	Nacionais	Porc. Estrangeiros	Porc. Nacionais
1820-1900	974.177	973.312	965	99,90	0,10
1901-1905	205.297	193.732	11.565	94,39	5,31
1906-1910	200.487	190.186	10.301	94,86	5,14
1911-1915	356.045	339.026	17.019	95,22	4,78
1916-1920	128.539	100.098	28.441	77,87	22,13
1921-1925	279.548	222.711	56.837	79,67	20,33
1926-1930	409.086	253.265	155.821	61,91	38,09
1931-1935	275.446	119.204	156.242	43,28	56,72
1936-1940	350.320	56.468	293.852	16,12	83,88
1941-1945	148.826	4.763	144.063	3,20	96,80
1946-1950	445.389	61.030	384.359	13,70	86,30
1951-1955	973.586	210.879	762.707	21,66	78,34
1956-1960	676.984	159.360	517.624	23,54	76,46
1820-1960	5.423.730	2.883.934	2.539.796	53,17	46,86
Em 1961	152.735	26.562	126.173	17,40	82,60
1820-1961	5.576.465	2.910.496	2.665.969	52,20	47,80

Quadro 1. *Quadro extraído da Estatística de Imigração, 1960-1962, Departamento de Imigração e Colonização da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Fonte: NOGUEIRA. Oracy. O desenvolvimento de São Paulo: Imigração estrangeira e nacional e índices demográficos- demógrafo-sanitários e educacionais. Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguai. 1964.*

Como podemos observar na tabela acima, obtemos os maiores números de estradas de nacionais a partir dos anos de 1930, período em que se nota também a diminuição na introdução de estrangeiros no país, juntamente com o Governo Vargas e a valorização do trabalhador nacional. Apesar da maior utilização de nacionais na lavoura paulista, muitos fazendeiros continuavam com suas reclamações acercas dos migrantes, segundo uma entrevista do fazendeiro Henrique da Cunha Bueno, da região Sorocabana:

> Não podemos prescindir do braço estrangeiro, eis que o nacional traz consigo uma série de desvantagens não só a quem o contrata mas, também, a própria lavoura. Contudo, para remediar a situação, quase que as expensas próprias os fazendeiros estão trazendo braços nacionais de Minas e da Bahia.[5]

Por meio da citação acima percebemos um descontentamento dos fazendeiros com a utilização do nacional, entretanto este a partir da década de 1930 passou a ser introduzido tanto pelo governo estadual, como por companhias particulares no interior paulista. Como já comentado entre as diversas medidas tomadas pelo Governo Vargas estava a defesa do trabalhador nacional que resultou no decreto-lei nº 19.482 de 1930 limitando a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispunha sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais.

Utilizando como propósito o fato que uma das causas do desemprego se encontrava na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre traziam o concurso útil de quaisquer capacidades, mas, frequentemente, contribuíam para aumento da desordem econômica e da insegurança social.[6] Desta forma, por meio deste decreto propunha-se uma maneira de proteger o nacional da concorrência dos estrangeiros, que segundo os intelectuais e políticos da época, vinham para o Brasil e conquistavam o espaço que deveria pertencer ao nacional no que tange ao mercado de trabalho. A maioria destes nacionais que se dirigiam ao interior paulista era de origem nordestina, muitos vinham fugindo das constantes secas que marcavam essa região desde o século XV. Segundo Paulo Cesar Gonçalves:

> foi na conjuntura de expansão da cafeicultura e da consequente demanda por mão-de-obra que chegaram os primeiros grupos de migrantes fugidos das secas. No ano de 1878, após estadia na capital paulista e, em muitos casos, também na hospedaria da Corte, os retirantes cearenses foram encaminhados às fazendas de café situadas em Limeira, Rio Claro, Guaratinguetá, Amparo e Casa Branca (Gonçalves, 2002, p. 142).

Eram recorrentes as reclamações das autoridades desta região acerca da falta de auxílio do governo federal, sendo que a total atenção do governo estaria voltada a questão do café. Desta forma, a população desta região se via obrigada a migrar para outros estados, a partir do século XX principalmente para São Paulo, em busca de melhores condições.

> O que durante um século ficou restrito aos reclames das elites e as denúncias da imprensa, principalmente durante as grandes secas, graças à migração de dezenas de milhares de nordestinos, se transformou em grave problema nacional, que deveria ser enfrentado de forma urgente. A chegada dos paus de arara ao sul modificou a agenda política brasileira: o Nordeste passou a ser a bola da vez, e durante uma década ocupou espaço privilegiado no debate político nacional, como nunca na história (Villa, 2017, p .93).

A viagem até o local de destino não era algo simples, faltavam-se condições essenciais, como falta de higiene, as pessoas vinham muitas vezes em espaços apertados, amontoadas entre si, sem contar da falta de alimentação.

---

[5] Entrevista com o Coronel Henrique da Cunha Bueno, fazendeiro da região Sorocabana, Folha da Manhã, 5 de Setembro de 1935.

[6] Decreto nº 19.482, de 12 de Dezembro de 1930. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html>. Acesso em 25 jun. 2025.

> Em Corinto mal desciam do trem. Muitos estavam doentes. Muitos estavam doentes, famintos, sem dinheiro. E exaustos. Tinham viajado 520 quilômetros, passado por quarenta estações e permanecido mais de um dia dentro do trem, sendo que alguns continuavam viajando de pé. E somente tinham percorrido um terço do caminho para São Paulo (Villa, 2017, p. 47).

É interessante destacar que entre os anos de 1930 a 1940 os números de migrantes vindos para o estado paulista foram de 450.094 enquanto que de imigrantes foi de 175.672, sendo que apenas no ano de 1939 vieram para São Paulo um total de 100.139 nacionais, fato que se explica pela seca que atingiu a região naquele mesmo ano, o melhoramento das vias de transporte, a diminuição na entrada de imigrantes e principalmente a alta demanda por mão de obra do estado de São Paulo. Tanto o imigrante como o nacional foram utilizados na lavoura paulista, em momentos em que um substituirá o outro e nos períodos em que trabalhavam juntos. Podemos citar como exemplo a zona cafeeira do oeste paulista em que ambos eram utilizados.

> Com efeito, o trabalhador nacional foi intensamente solicitado na área mais velha, processando-se o ajustamento entre as condições dessa região (desprovida de possibilidades alternativas quanto ao suprimento de braço) e o ritmo de atividade inerente a uma mão de obra que acedia em engajar-se na lavoura que menos compensação podia oferecer ao trabalho no café, sendo por isso mesmo rejeitada pelo imigrante. Tornou-se comum a opinião, obviamente infundada, veiculada pelos fazendeiros interessados que atribuíam a decadência da região ao braço (deformado pelo sistema) que ela justamente empregou porque já se encontrava em declínio (Beiguelman, 2005, p. 144).

Desta forma, o trabalhador nacional inicialmente foi maior empregado nas zonas cafeeiras mais velhas, sendo que muitos fazendeiros alegavam o declínio da produção ou sua estagnação à utilização da mão de obra nacional. Enquanto isso nas áreas de café mais novas o imigrante era maior utilizado. Cabe destacar que apesar do nacional não ser o trabalhador "ideal" para os fazendeiros, estes foram imensamente empregados nas zonas mais novas, entretanto com ofícios diferentes se comparados aos dos estrangeiros, geralmente em empregos em que os imigrantes rejeitavam. Na lavoura paulista, enquanto o imigrante aceitava os trabalhos menos árduos, o nacional era responsável pela queima e limpeza do território, pela derrubada das matas.

> Eram agregados, camaradas, empreiteiros, pedreiros, carpinteiros, pequenos sitiantes, vendedores ambulantes, vendeiros, empregados das tropas e da construção de estradas de ferro, entre outros. Como pequenos proprietários, esses indivíduos trabalhavam muitas vezes temporariamente, ou por empreitada, nas fazendas de café da vizinhança (Moura, 1996, p. 37).

O trabalhador nacional apesar de ser imensamente utilizado, para os fazendeiros ele era considerado como instável, sendo esta tese muitas vezes utilizada para atrair imigrantes ao invés de nacionais. É interessante destacar que nos períodos em que não havia uma alta demanda na lavoura paulista, os nacionais buscavam outras formas de emprego, como exemplo no auxílio da construção de ferrovias. O trabalho nessas ferrovias representava uma nova fonte de renda para aqueles que tinham acesso a terra ou cultivavam terras de outros proprietários e para aqueles que se viam obrigados a abandonar as fazendas no período de entressafra. Apesar de o salário ser considerado elevado, era recorrente a reclamação de que não se conseguia manter estes nacionais, que trabalhavam por empreitada, na construção das ferrovias nos períodos de plantio e colheita da lavoura paulista.

> A resistência em abandonar os laços com a agricultura de subsistência (seja pelos cultivadores independentes ou por aqueles dependentes das fazendas para ter acesso a um pequeno lote de terra), em época de rápida transformação da sociedade brasileira, foi uma característica importante no período. Ecoando opiniões prevalecentes entre proprietários e oficiais do governo, os empresários das ferrovias muitas vezes interpretavam aquela relutância como um indicador da indolência do trabalhador ou de seu caráter avesso ao trabalho regular. Da mesma forma, a literatura tem examinado essa característica como uma expressão da indolência dos trabalhadores brasileiros ou, então, como uma forma de eles garantirem sua autonomia, independência, de se mostrarem diferenciados do trabalhador escravo, ou ainda como uma forma

> de resistência às rápidas mudanças da sociedade que passava a exigir novas necessidades e novos hábitos de trabalho (Lamounier, 2007, p. 13).

Considerações finais

O Brasil em grande parte de sua história foi um país de "portas abertas" aos estrangeiros, ou seja, sem muitas restrições à entrada de imigrantes. No final do século XIX com os inúmeros decretos que indicavam o fim da escravidão, passou-se a cogitar a utilização de imigrantes no lugar do escravo. Cabe destacar que neste período já se utilizava também o trabalhador nacional livre, porém este era visto pela sociedade como não ideal a lavoura cafeeira. Além disso, ainda nos dias de hoje existem poucos trabalhos que se debruçam sobre o papel deste trabalhador na lavoura paulista ao longo da década de 1930.

Para atrair inúmeros imigrantes foram criados sistemas de trabalho, como o sistema de parceria, locação de serviços, colonato que angariou milhares de estrangeiros, sendo uma grande maioria de nacionalidade italiana. Com a promulgação da República iniciaram algumas transformações na política imigratória, que passou a ser descentralizada e o estado de São Paulo neste contexto obteve um papel de grande destaque. O estado paulista detinha um aparato burocrático que ia desde ao angariamento destes trabalhadores até a fixação deles nas fazendas de café, destaca-se também a criação da Hospedaria dos Imigrantes que, mais tarde, seria utilizada para a colocação dos nacionais.

Nas primeiras décadas do século XX vemos a promulgação de decretos que selecionavam e restringiam a imigração, ao mesmo tempo em que altera-se o discurso acerca do trabalhador nacional, antes visto com vadios indisciplinado, não apto aos trabalhos na lavoura cafeeira. Por meio dos artigos do Boletim do Departamento de Trabalho de São Paulo observamos a valorização deste nacional, cabe destacar que possivelmente essa valorização se deveu ao fato da diminuição da entrada de imigrantes no país. Desta forma, sem poder contar com a mão de obra estrangeira, passou-se a utilizar em maior número o nacional.

A entrada destes imigrantes como também nacionais eram feitas por meio de contrato celebrado entre a Secretaria de Agricultura de São Paulo e companhias particulares, como a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), criada por fazendeiros paulistas, e que na década de 1930 teve como mandante e principal acionista a Companhia Paulista. Em relação a CAIC é interessante destacar que inicialmente, esta empresa não foi a favor de ter que introduzir na década de 1930 trabalhadores nacionais. Entretanto acabou por introduzir durante os anos de 1930 mais de 10.000 nacionais para São Paulo, utilizando os mesmo critérios de seleção para os estrangeiros em relação ao trabalho, saúde e aptidão para trabalhos agrícolas.

Na lavoura paulista tanto imigrantes como nacionais trabalhavam juntos, entretanto aos nacionais eram relegados os serviços mais árduos, os quais os estrangeiros não se sujeitavam a realizarem. Além disso, ainda era constante a imagem do nacional como um trabalhador instável, que não se fixava na lavoura paulista. Podemos concluir que apesar das preferências dos fazendeiros paulistas por determinada mão de obra, este pode contar tanto com o trabalho imigrante como nacional, isso pode ser devido ao papel que o estado de São Paulo detinha a nível federal, como também a sua força política e seu alto desenvolvimento na questão imigratória, e a influência dos fazendeiros paulistas no setor político.

Referências

Fontes

Documentos da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Bibliografia

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos.* Editora Edusp. 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A imagem do imigrante indesejável. Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo. *Seminários – nº 3: Crime, Criminalidade e Repressão no Brasil República*, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala a colônia.* 5 ed, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, Júlio Cesar Zorzenon. *Desenvolvimento econômico e deslocamento populacional no Primeiro Governo Vargas (1930-1945).* Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GERALDO, Endrica. *O Perigo Alienígena: Política Imigratória e Pensamento Racial no Governo Vargas (1930-1945).* Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

GONÇALVES, Paulo Cesar. A Grande Imigração no Brasil (1880-1930): números e conjunturas. In: REZNIK, Luís (Org.). *História da imigração no Brasil.* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020, p. 91-132.

GONÇALVES, Paulo Cesar. *Migração e mão de obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901).* Dissertação (Mestrado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GRAHAM, Douglas H.; HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque. *Migrações internas no Brasil: 1872-1970.* Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da cidade de São Paulo, 1984.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JACINO, Ramatis. *O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição- 1912/1920.* Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, 2012.

KOIFMAN, Fábio. Política imigratória no primeiro Governo Vargas (1930-1945). In: REZNIK, Luís (Org.). *História da imigração no Brasil.* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p.159-206.

KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo.* Rio de Janeiro: Record, 2001.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil.* 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1994.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. *Estud. Econ.* v. 37 n. 2 São Paulo, Apr./June 2007.

LEME, André Betim Paes. Contribuição para o estudo da adaptação dos cearenses como colonos como colonos nas lavouras de São Paulo. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho***.** São Paulo. Ano IX, n. 34/35, 1° e 2° Trimestre de 1920.

LESSER, Jeffrey. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional, no Brasil, durante a Era Vargas. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro, *Luso Brazilian Review*, n. 31, v. 2, inverno 1994.

MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914.* São Paulo: EduFscar, 2021.

MOURA, Denise Aparecida Soares. *Saindo das sombras. Homens livres e pobres vivendo a crise do trabalho escravo. Campinas, 1850-1888.* Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

NAXARA, Maria Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do trabalhador nacional 1870/1920***.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. 1991.

NEIVA, Arthur Hehl. Getúlio Vargas e o problema de imigração e da nacionalização. *Revista de Imigração e Colonização.* Rio de Janeiro. Ano III, n.1. Abril de 1942.

NOGUEIRA, Oracy. *O desenvolvimento de São Paulo: Imigração estrangeira e nacional e índices demográficos- demógrafo-sanitários e educacionais.* Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguai. 1964.

PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950).* Bauru, SP: EDUSC, 2004.

TESSARI, Claudia Alessandra; COSTA, Júlio Cesar Zorzenon. Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951). *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 28, n. 2, p. 513–540, 2019.

TESSARI, Claudia Alessandra; COSTA, Júlio Cesar Zorzenon. A Política de Mão de Obra em São Paulo e as Políticas Federais de Deslocamento Populacional do Primeiro Governo Vargas: Processo Gradual de Adequação. *Análise Econômica,* Porto Alegre, v. 40, n. 81, p. 67-96, mar. 2022.

TESSARI, Cláudia Alessandra. *Braços para a colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915).* São Paulo: Alameda. 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História da ciência,* Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul/dez 2008.

VILLA. Marco Antônio. *Quando eu vim-me embora: história da migração nordestina para São Paulo.* Rio de Janeiro: Leya, 2017.